

## A AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA E A PRODUÇÃO DE REVOLUCIONÁRIOS NA DÉCADA DE 1960

Olívia Candeia Lima Rocha<sup>1</sup>

**Resumo:** O partido fornece as diretrizes para a ação dos seus militantes, mas simultaneamente a militância é fundamental para a concretização dos objetivos de um partido. A organização Ação Popular surgiu em 1962, marcando uma ruptura com a Juventude Universitária Católica-JUC. Em 1965, no processo de rearticulação política, a organização aderiu à ideia da luta armada como forma de combate à ditadura militar no Brasil. Em 1968 aderiu ao marxismo-leninismo-pensamento de Mao Tsé-Tung. Considerava-se que a integração dos militantes na produção tinha um papel fundamental na transformação do partido em uma organização revolucionária. Após o golpe de 1964, o perfil dos membros da organização não mudou significativamente. Muitos de seus militantes eram jovens adultos, estudantes universitários ou profissionais liberais recémformados. O processo de integração na produção implicava abandonar sua condição de classe social e transformar-se em um operário ou trabalhador rural. Segmentos sociais aos quais se atribuía o protagonismo revolucionário, enquanto, membros do proletariado, classe social antagonista da burguesia e do capitalismo. Dessa forma, pretende-se discutir experiências e dificuldades enfrentadas por esses militantes na empreitada de se transformarem em revolucionários. Dentre os autores que abordam essa relação partido-militante, menciona-se Daniel Aarão Reis. Esse autor compreende que o Partido se colocava como produtor de verdade e orientador do processo revolucionário, diante do qual os militantes encontravam-se atomizados e em dívida, pois o conhecimento que adquiriam provinha do mesmo. Para essa análise, levar-se-á em conta textos memorialistas de dirigentes e militantes da Ação Popular, tais como: Aldo Arantes e Haroldo de Lima; Catarina Derlei de Luca e Catarina Meloni.

**Palavras-chave:** Ação Popular. Marxismo. 1960.

### INTRODUÇÃO

As revoluções socialistas do século XX, na União Soviética, na China, em Cuba e na Argélia indicavam que a revolução brasileira era um sonho possível. O socialismo visava instituir uma nova ordem social, econômica e política que substituiria a exploração capitalista e a desigualdade entre as classes sociais. Observa-se, assim, que a década de 1960 foi marcada pela euforia revolucionária que acontecia em algumas partes do mundo. O papel de

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Cultural pela UNICAMP, professora do Curso de História do Campus de Picos da UFPI, e-mail: candeia09@hotmail.com.

vanguarda da revolução era atribuído aos jovens, embora o proletariado urbano e rural fosse considerado a classe revolucionária por excelência.

Esse texto objetiva discorrer sobre o processo de constituição da organização política Ação Popular-AP no decorrer da década de 1960 e o esforço de transformação do caráter político da mesma. A ação popular surgiu a partir de uma dissidência da Juventude Universitária Católica-JUC e tornou-se uma organização política autônoma que defendia a instituição de um socialismo de caráter cristão, sob a influência de teóricos como Emmanuel Mounier. Após o golpe de 1964, a organização aderiu à concepção de luta armada e adotou o marxismo-leninismo e o pensamento de “Mao Tsé-Tung”, como orientações teóricas. A transformação do caráter da organização implicava a transmutação em seu quadro de militantes, através da integração dos mesmos no processo produtivo, como operários e trabalhadores rurais e conquista de integrantes do proletariado urbano e camponês. Esse processo buscava a conscientização do proletariado urbano e rural, a mobilização política dos mesmos e a condução de suas lutas com o objetivo de se contrapor à Ditadura Militar e desencadear o processo revolucionário no Brasil.

Dentre as fontes utilizadas para essa análise menciona-se o “Documento-base” da Ação Popular, entrevistas e obras de caráter memorialista de ex-militantes, como Carlos Roriz da Silva, Catarina Meloni e Catarina Derlei De Luca. Carlos Roriz da Silva, químico industrial, natural de Aracaju (SE), que se integrou na região de Camacã (BA); Catarina Meloni estudante paulista que se deslocou para o interior da região sul do país e Catarina Derlei De Luca que trabalhou como operária em Curitiba (PR) e atuou como quadro profissionalizado, nas cidades de São Paulo (SP) e Salvador (BA), desempenhando atividades como recepção de militantes, envio de correspondência, entrega de documentos, dentre outras. A integração na produção e a estratégia revolucionária adotada pela AP é o tema considerado na abordagem desses diferentes relatos. Nesse sentido, destaca-se também textos de “Mao Tsé-Tung”, em *Obras Escolhidas de Mao Tsetung* (2011) e *O Livro Vermelho* (2012), como referência para a AP, no que concerne a adoção do processo de integração, enquanto elemento da estratégia revolucionária.

Uma das questões que se impõem aos que rememoram os acontecimentos da década de 1960 é explicar o insucesso das organizações revolucionárias em relação aos seus projetos de luta contra a ditadura e a realização da revolução brasileira. As obras memorialistas de militantes têm como suporte à memória individual e alicerçam-se no vivido (HALBWACHS,

1990). Esses relatos inscrevem-se em função de uma atuação política e em um contexto específico e trazem a marca de discurso dos que foram vencidos. O caráter testemunhal dessas obras caracteriza-os como vestígios que se inserem no presente como narrativa sobre o passado e avaliação das experiências vivenciadas (KOSELLECK, 2006; RICOEUR, 1994). Esses relatos configuram-se dessa forma como subsídios para a escrita da História do Tempo Presente, abordando acontecimentos da contemporaneidade, o qual demanda por compreensão, seja devido ao impacto político e cultural para a sociedade brasileira, seja porque constituem-se fontes carregadas de uma subjetividade que preenche lacunas em relação a produção da imprensa e documentos oficiais do período em questão.

## **AÇÃO POPULAR MARXISTA-LENINISTA E A POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO NA PRODUÇÃO**

No decorrer da década de 1950, realizavam-se discussões em torno de soluções cristãs para os problemas sociais. Considerava-se que era necessário entender a realidade histórica vivenciada, incentivando-se os jovens a participar de movimentos no intuito de intervir e transformar a sociedade. A atuação dos jovens da Juventude Universitária Católica tendeu a incorporar críticas ao capitalismo, a opor-se à hegemonia política e econômica norte-americana e a defesa de uma atuação voltada para as classes sociais menos favorecidas. A atuação político-social da JUC e os estudos teóricos que realizavam em relação à compreensão das desigualdades e alternativas políticas de superação das mesmas, aproximou esse grupo da Ação Católica dos militantes comunistas e dos debates teóricos realizados na vertente do marxismo e do socialismo. A aproximação da JUC com discursos e instituições vinculados ao comunismo era condenada pela hierarquia da Igreja Católica. Dessa forma, a Ação Popular surgiu em 1962 como uma dissidência da JUC, almejando autonomia política.

Em 1963, foi realizado um congresso de fundação da Ação Popular, com a participação de pessoas de diferentes concepções religiosas e defensores do socialismo. As proposições na nova organização foram expressas no “Documento-base” que estabelecia como prioridade da AP, a mobilização de operários e camponeses:

A AP opta, assim, basicamente, por uma política de preparação revolucionária, consistindo numa mobilização do povo, na base de desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização, firmando esta



III SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE**  
2017  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC

mobilização numa luta contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal. Fortalecendo progressivamente seus quadros, a AP desempenhará cada vez mais o papel de promover e orientar cada mobilização apoiando-a em intervenções diretas e pela atuação coordenada de seus militantes dentro das estruturas atuais de poder. *Ela se propõe a tarefa de elaborar com o povo, na base da contribuição deste, a nova sociedade* (AÇÃO POPULAR. Documento-Base, fevereiro, 1963. In: REIS FILHO; DE SÁ, 1985, p. 45). [Grifo do texto].

A AP compreendia que os estudantes poderiam exercer um papel de vanguarda, mas as classes revolucionárias eram os camponeses e os operários. O documento expressava que o principal problema no campo, estava ligado à propriedade da terra. A classe média era percebida como um segmento da população suscetível à conscientização e ao aparecimento de setores progressistas e revolucionários, devido à sua integração ao mercado capitalista e, por conseguinte, ao processo de proletarização. A AP não possuía nesse período uma proposta clara sobre a forma de alcançar o socialismo, mas postulava-se que a violência poderia ser empregada. A organização apoiava as reformas de base, através da participação de integrantes da organização em reuniões da Frente de Mobilização Popular, de órgãos governo de João Goulart, e em comícios pelas reformas, através da UNE, presidida por um integrante da AP, José Serra. A pressão popular e política pela realização de reformas de base sofreu a contraposição do Golpe Militar em março de 1964. Muitas das lideranças políticas do governo e que defendiam as reformas de base foram presas ou se exilaram para evitar a prisão, dentre elas menciona-se, o presidente João Goulart, o deputado federal Leonel Brizola, o presidente da UNE, José Serra e lideranças da AP, como, Aldo Arantes, Vinícius Caldeira Brant, ex-presidentes da UNE e Herbert de Sousa (Betinho), coordenador nacional da Ação Popular.

A partir de 1965, com o retorno clandestino de dirigentes da AP, empreendeu-se um processo de reorientação política da organização, que explicitou a opção pela luta armada. Esse primeiro momento é marcado por uma concepção de luta armada sob influência da Revolução Cubana. Em 1966, com o retorno de lideranças da China, começou a se processar a difusão do maoísmo na organização. As tensões entre essas duas tendências culminaram com a expulsão da vertente de influência cubana na I Reunião Ampliada da Direção Nacional - RADN em 1968 (LIMA; ARANTES, 1984). A AP passou a destacar o marxismo-leninismo-pensamento de Mao Tsé-Tung como orientação revolucionária e *O livro Vermelho*, se tornou

referência para os militantes. Tsetung<sup>2</sup> (2011) defendia a experiência como forma de acesso ao conhecimento e de participação no processo de transformação da realidade, que se processava na dimensão das atividades práticas. É essa ideia que fundamenta a integração de militantes de classe média urbana da Ação Popular na produção, como operários e trabalhadores rurais.

O movimento estudantil era um dos caminhos de ingresso de jovens nas organizações políticas. A participação política dos jovens nas organizações clandestinas relacionava-se ao ideal revolucionário de luta contra a ditadura militar, mas também de instalação do socialismo. As organizações preocupavam-se em transformar seus militantes, a maioria estudantes que viviam nas cidades em revolucionários. Para situar-se na vanguarda revolucionária os aspirantes a revolucionários afastavam-se da família, dos amigos, do cotidiano de lazer, estudo, atividades e perspectivas profissionais em suas áreas de formação. Catarina Meloni que ingressou na Ação Popular em 1966 observa que:

Éramos todos muito novos e inexperientes. Tínhamos motivações variadas para o que estávamos fazendo. Cada um de nós estava inventando um jeito de ser revolucionário. Todos queríamos o socialismo, mas não era muito fácil descobrir o que cada um, pessoa ou grupo, entendia por isso ou como se chegaria lá. Os dirigentes não eram muito diferentes das 'bases' nesse aspecto (MELONI, 2009, p. 26-27).

Embora, nesse período a AP já tivesse como perspectiva a luta armada, a organização ainda não havia se caracterizado como marxista-leninista. Na percepção de Catarina Meloni a ideia de socialismo e a forma de ser revolucionário eram subjetivas, não havia um modelo definido. Para a autora, essa era uma característica que abrangia tanto dirigentes como militantes de base. Catarina Meloni presidiu a UEE paulista interinamente no segundo semestre de 1967, relata que esse:

Foi um período de reviravolta. Acostumada a freqüentar as aulas, fazer provas, trabalhos e pesquisa e ainda trabalhar para ganhar a vida, vi que

---

<sup>2</sup> Em virtude das diferentes grafias do nome do líder revolucionário chinês, utiliza-se conforme se apresenta na obra citada.



III SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE**  
2017  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC

agora as coisas se apresentavam de outra forma. Foi também um período de solidão. Já não podia ir à casa de minha mãe, nem voltar a minha cidade. Desempenhava as funções do movimento estudantil viajando para lugares que me eram atribuídos. Não era possível, com tantas responsabilidades, freqüentar regularmente as aulas. Além disso, eu tinha deixado os dois empregos. E minha reserva de salário estava acabando. Precisava procurar uma maneira de reorganizar minha vida pessoal, mas não iria sacrificar meu empenho social (MELONI, 2009, p. 30).

Catarina Meloni indica que o senso de compromisso social impunha sacrifícios pessoais e profissionais. Viver e estudar em São Paulo era uma conquista para Catarina Meloni, que era proveniente de uma família pobre que vivia no interior. O pai da autora, não incentivava o estudo das filhas, pois, ele pensava que as mulheres deveriam ser educadas para serem donas de casa. Apenas, após a morte do pai as filhas dedicaram-se à formação educacional. A militância política era uma forma de realização, pois a autora declara que, “sentia-me diferente de minha mãe, que fora submissa e resignada na sua condição de mulher, primeiro obediente ao marido e, quando este morreu, aos filhos homens” (MELONI, 2009, p. 32). A atuação feminina na política, a formação educacional e o desempenho de atividades profissionais representavam a conquista de novos lugares sociais para as mulheres na sociedade brasileira na década de 1960. Esse processo significava a ruptura com um paradigma que estabelecia que a mulher desempenhasse exclusivamente, os papéis de esposa e de mãe dedicada às atividades domésticas (CARDOSO, 2003). A conquista de posições de liderança no movimento estudantil representava a ruptura com um modelo hierárquico no qual as mulheres eram situadas em uma condição de subalternidade em relação aos homens. A educação superior e a militância política propiciavam para Catarina Meloni, perspectivas diferentes da idealizada por seu pai e da vivenciada por sua mãe.

O ingresso em organizações clandestinas interferia em todas as dimensões da vida dos militantes políticos. Ao se tornarem membros de uma determinada organização submetiam-se a um arcabouço teórico e metodológico que deveria orientar suas ações políticas, e poderiam culminar em transformações drásticas do modo de vida dos mesmos. Era preciso estudar teorias revolucionárias, obedecer às normas de segurança e participar de sessões de crítica e autocrítica que visavam avaliar a atitude política dos militantes em relação à orientação da organização, a realização das tarefas e comportamento diante a prisão e a tortura. Na AP esse processo se intensifica após a instituição do Ato Institucional n. 5 em 13 de dezembro de 1968. O recrudescimento da repressão militar sobre os movimentos de massas era visto como

um fator que fomentaria a resistência à ditadura militar e o desencadeamento do processo revolucionário. Dessa forma, a AP intensificou o processo de integração de militantes na produção, o que também contribuía para transferir para outras regiões, pessoas que já haviam sido identificadas pela repressão e corriam o risco de ser presas (DE LUCA, 2002; LIMA; ARANTES, 1984).

A integração na produção ocorria de forma clandestina, o que impunha aos militantes o afastamento social em relação à família e aos grupos sociais dos quais participavam. Por um lado, isso aproximava os militantes uns dos outros, propiciando o surgimento de relacionamentos afetivos, inclusive entre integrantes de organizações distintas. Por outro lado, havia também situações de distanciamento pessoal, pois havia casos em que os militantes não chegavam a conhecer os nomes verdadeiros um dos outros ou saber as tarefas que desempenhavam. O sigilo e a segmentação de atividades eram medidas de segurança contra infiltrações ou com o objetivo de diminuir a repercussão de delações em virtude da prisão de militantes. A compartimentação era uma medida de segurança que significava que cada um deveria saber apenas o estritamente necessário:

Alugamos uma casa na ladeira da Lapinha, onde vamos morar em três moças: Neusa, a paraense e Juliana, advogada integrada na produção, em Camaçari. Juliana é a mesma companheira que me recebera, na primeira vez em que fui a São Paulo. Lá ela se chamava Sílvia. Às vezes as pessoas passam pela nossa vida como sombras. Juliana morou na mesma casa em que eu, mas nunca tivemos sequer uma conversa pessoal. Nossos trabalhos eram diferentes e compartimentados e uma não sabia o que a outra fazia (DE LUCA, 2002, p. 161).

Catarina Derlei de Luca menciona uma situação em que embora dividindo o mesmo local de moradia, os militantes poderiam vivenciar uma relação de distanciamento devido às exigências de compartimentação. O deslocamento de militantes de áreas geográficas e setores políticos de atuação distintos resultava em experiências nas quais os militantes passavam pela vida uns dos outros sem conhecerem seus nomes verdadeiros e sem referências de suas vidas passadas. Os militantes que conviviam no mesmo local, evitavam conversar sobre suas tarefas e assuntos pessoais. Isso consistia em uma medida de segurança, pois, em caso de prisão e coação sobre tortura, a quantidade de informações que poderiam ser obtidas pelos órgãos de

repressão tornava-se reduzido. No decorrer da militância e dos sucessivos deslocamentos, o militante poderia adotar nomes e narrativas de vida diversificadas visando ocultar a verdadeira identidade. Isso era um recurso que visava despistar a repressão.

O militante político deveria se submeter à orientação da organização, subordinando a sua vida à causa da revolução. Ele precisava ser capaz de renunciar se necessário à profissão, ao conforto material e ao estilo de vida, por exemplo. O ânimo para tanto, passa pela paixão revolucionária, “referimo-nos àquela chama íntima que acende o pavio da coragem necessária para instaurar uma nova ordem, para enfrentar o inesperado e arcar com o custo, ainda que este seja a própria vida” (SAINT-PIERRE, 2000, p. 101). Os militantes profissionalizados dedicavam-se exclusivamente à revolução e eram sustentados pelo o partido. Militantes integrados ou profissionalizados da AP enfrentavam muitas vezes condições de vida precárias e paupérrimas. Sobre as condições do aparelho<sup>3</sup> em que viveu com “Tião” e “Matos” no bairro de Brotas, Catarina Derlei observa que:

Tínhamos tarefas diferentes e nunca conversávamos sobre as mesmas. Lá tinha de tudo, menos aparência de casa. Tinha arma, mimeógrafo, jornais LIBERTAÇÃO, documentos internos, documentos teóricos, fotocópia do Anti Daring – livro que era proibido e nós distribuíamos fotocópias. Não havia mesa nem cadeiras, nem camas, nem armários. Dormíamos numa esteira como os vietnamitas. As roupas eram penduradas numa arara improvisada de madeira. A roupa era lavada numa bacia de alumínio. O banheiro era coletivo a várias famílias da favela. Não possuíamos nenhum eletrodoméstico. A política de proletarização, na prática, impunha uma privação quase absoluta. Tudo era considerado pequeno-burguês (DE LUCA, 2002, p. 159-160).

O aparelho em que Catarina Derlei De Luca morava com outros militantes funcionava como uma gráfica e local de depósito de armamentos e documentos. No processo de proletarização, os militantes poderiam inclusive vivenciar situações de maior pobreza que as famílias das localidades em que se integravam. Além disso, não se tratava apenas de dispensar bens que representavam conforto material, mas de mudança de hábitos, ou mesmo de descaracterização pessoal para despistar a repressão policial:

---

<sup>3</sup> Designação genérica de locais em área urbana ou rural, destinado a reuniões, guarda de material, esconderijo ou moradia de militantes de organizações políticas clandestinas (ISRAQ; FRANCO; SOUSA, 2012).



III SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE**  
2017  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC

Precisei mudar minha aparência, cortar os cabelos, tingir, usar roupas que me descaracterizassem. Essa descaracterização não era muito fácil, dado meu tipo físico, alta, magra, cabelos compridos, rosto e nome conhecidos. Durante um bom tempo eu me senti mutilada no aspecto externo e psíquico. Passei a viver entre gente humilde, que mal tinha com que se alimentar de forma precária. Eram pobres, seus filhos, desnutridos, alimentados apenas com mingau de mandioca na mamadeira. Moravam em casas sem banheiro e quase não possuíam o que vestir. Entre aquelas pessoas, os com idade próxima à minha não haviam freqüentado a escola. Nem sequer poderiam imaginar um mínimo de tudo o que eu já tinha visto e estudado, ou ter qualquer noção das imagens sonhos que povoavam a minha mente. Era difícil, e eu precisava ser um deles, até para sobreviver. Me vestir e calçar como eles; falar, comer, andar, expressar-me como eles. Esquecer as comidas simples, mas delicadas, feitas pela minha mãe, e adaptar-me a comer feijão, muitas vezes mal cozido, farinha e sardinha na salmoura. Arroz, raramente. Para adaptar-me, precisava renunciar a minha vida passada e acreditar que o que eu estava fazendo tinha um sentido e uma finalidade. Foi uma ilusão pensar que aquela pudesse ser uma forma eficiente de criar consciência política nas pessoas e organizá-las para resistir à falta de democracia. A forma de governo e a maneira como ele se exercia sobre a população nada significava para aquela gente que, vivendo sua humilde vida, mal satisfazendo as primeiras necessidades, era muito diferente de nós e da população dos grandes centros. Eles nada sabiam da situação política do país. Ali não se lutava por liberdades mais amplas. As necessidades ainda eram as da sobrevivência. A expressão da democracia era ter feijão no prato no dia seguinte. Para mim foi uma experiência única. Tive que aprender de novo o beabá da vida, viver na humildade e na pobreza, habitar casas menos que precárias, ficar sem comer pão, tomar leite, provar uma fruta. Tive que usar roupas e sapatos adequados ao ambiente e ao papel que eu estava desempenhando. Esquecer os temas dos meus interesses, falar apenas do dia, deixar o passado de lado. Tornei-me uma pessoa calada, não gostava de contar histórias inventadas sobre o meu passado, como outras pessoas sabiam fazer. Eu tinha a pele branca, o cabelo delicado. Meus pés se enchiam de bolhas quando andava muito. Não podia me expor, aparecer demais. Seria arriscado para mim e para as pessoas com as quais eu convivía. O resultado foi uma vida de confinamento e solidão, apesar de estar sempre no meio de gente (MELONI, 2009, p. 65-66).

Os militantes integrados poderiam ter que passar por descaracterização física e precisavam adotar novas rotinas, vestuário e formas de expressão. A condição de clandestinidade impunha o abandono de formas de vida, de lazer e maneiras de agir. Era necessário deixar de lado experiências passadas e adiar projetos pessoais. Esses militantes passavam a enfrentar uma realidade social e política distinta da que estavam habituados. A ideia de mutilação física e psíquica sinaliza que o processo de integração na produção implicava também uma forma de violência. Os partidos exerciam autoridade sobre os militantes que deveriam se submeter às suas determinações, consideradas infalíveis.

Militantes oriundos da classe média representavam um segmento preponderante ou significativo na maioria das organizações políticas de esquerda na década de 1960, o que era visto como um fator negativo. Isso se devia à concepção da missão atribuída ao proletariado na revolução socialista, pressupostos fundadores do comunismo e elementos de coesão das organizações comunistas no período em questão. A integração na produção era um fator do processo de proletarianização, representava um “suicídio de classe”, processo no qual os militantes de origem pequeno-burguesa deveriam abrir mão de um estilo de vida e modo de pensar, para fazer parte da vanguarda revolucionária. Além disso, havia nessas agremiações políticas a crença de que o devir histórico marchava para o socialismo, o que era reforçado pelas revoluções socialistas vitoriosas. Essas concepções reforçavam nos militantes a ideia de sacrifício pessoal em prol da revolução que era considerada iminente (REIS FILHO, 1990).

Na teoria marxista, os proletários constituem-se no grupo social despossuído da propriedade dos meios de produção. Esses trabalhadores são compelidos a vender sua força de trabalho, que é transformada em mercadoria, em troca de uma remuneração monetária. Participam do processo de produção de riqueza, entretanto, de forma subordinada. Para a realização dos objetivos revolucionários, Mao Tsé-Tung compreendia que o poder político na ditadura democrática popular, deveria ser exercido de maneira distinta sobre as classes sociais:

A ditadura democrática popular implica dois métodos. Com relação aos inimigos, usa o método ditatorial, isto é, durante o tempo que seja necessário, não lhe permite que tomem parte em atividades políticas e compele-os ao trabalho, de maneira que, por meio do trabalho, se transformem em homens novos. Com relação ao povo, pelo contrário ela não usa o método da compulsão, mas sim o da democracia, quer dizer, há que deixá-lo participar das atividades políticas, sem compeli-lo a fazer isto ou aquilo, mas antes empregando o método da democracia educando-o e persuadindo-o. Discurso de encerramento pronunciado a II Sessão do Primeiro Comitê Nacional da Conferência Consultivo Política do Povo Chinês – 23 de junho de 1950 (TSÉ-TUNG, 2012, p. 40 - 41).

Na teoria revolucionária de viés marxista, os burgueses são compreendidos como inimigos do povo. Para Tsé-Tung (2012), os integrantes da alta burguesia, formada pelos proprietários dos meios de produção, deveriam ser compelidos ao trabalho manual no campo e nas fábricas. Essa era a forma de produzir “novos homens”, por permitir aos mesmos a aquisição de uma nova consciência. Apenas, após serem compreendidos como novos sujeitos, poderiam participar da vida política. Ou seja, precisavam se tornar integrantes do povo, do

segmento de trabalhadores manuais e manifestar anuência em relação à nova ordem econômica, política e social. O povo, por sua vez, deveria ser consultado, ouvido. No entanto, sua atuação política deveria ser orientada, através da educação e da persuasão. O que indica que havia a compreensão que os integrantes do proletariado e da burguesia precisavam do direcionamento político dos revolucionários para a construção do comunismo, enquanto, uma nova sociedade. A aplicação da concepção maoísta pela Ação Popular indicava que a integração nas atividades produtivas era uma forma de transformação dos militantes oriundos da pequena burguesia em verdadeiros revolucionários. Tratava-se de um processo de proletarização dos militantes e de transformação da AP em uma organização revolucionária. Sobre a experiência de integração na produção Carlos Roriz observa que:

Durante a integração na produção vivíamos muito tempo isolados em relação ao partido, isolamento que ocorria em menor grau entre companheiros da mesma área que estavam em algumas cidades próximas. Encontrávamo-nos periodicamente para conversarmos sobre a evolução da vida e o trabalho político. Todos sobreviviam por conta própria. Logicamente a integração na produção como assalariado rural foi uma violência física, de modo que no segundo ano mudamos de trabalho; enquanto a vida social com trabalhadores rurais era o nosso foco para o trabalho político. A integração na produção foi válida como é válido o direito do indivíduo trabalhar em qualquer profissão que for capaz e desejar; como é válido o direito democrático de ser contra um regime ditatorial que reprime de forma violenta a quem se apresente como opositor. Sabíamos os riscos de uma luta deste tipo, pois a história do país já era cheia de violências contra o regime democrático (SILVA, 2014, p. 16-17).

Carlos Roriz mesmo reconhecendo a violência física que o trabalho árduo de integração impunha aos militantes, pondera que a prática foi válida enquanto forma de resistência política. Os militantes deveriam ter disposição para deixar suas profissões e sendo necessário, poderia ocorrer até a separação de casais. A resistência a esses procedimentos demandou longas discussões teóricas entre a direção do partido e as bases. Recusar o processo de integração era considerado um atraso para o militante em relação ao processo de proletarização e de transformação do mesmo em um verdadeiro revolucionário. Muitos militantes que se ocupavam de atividades intelectuais no espaço urbano, não possuíam nenhuma experiência profissional ou não tinham prática nas áreas em que procuravam emprego. A integração na produção e suas dificuldades colocavam à prova a convicção ideológica dos militantes:



III SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE**  
2017  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC

A política de integração na produção também tinha afastado companheiros. O amor à classe operária não era tão grande, como para ir viver com ela, morar com ela, trabalhar com ela. Para os que se integraram foi um grande desafio ideológico. Foi um teste válido. A maioria dos que se integraram à produção, trabalhando como operários ou camponeses, esquecendo a comodidade material, uma boa casa, uma boa cama, carro, telefone, tiveram quando presos, bom comportamento frente à repressão. Os que não se integraram ou desistiram logo no início tiveram mais dificuldades ao enfrentá-la. E lógico: quem não consegue desligar-se de bens materiais em função de uma ideia terá dificuldades de ser fiel a ela quando tiver de optar entre a vida e a morte (DE LUCA, 2002, p. 203).

De acordo com a autora era preciso ter amor à classe operária; pois os militantes deviam se desprender de uma vida com relativo conforto material mudando seus hábitos para viver e trabalhar nas mesmas condições que operários e camponeses. Os militantes que apresentavam maior comprometimento com a causa política também possuiriam melhor capacidade de resistência à tortura. Postulava-se que um militante ideal deveria ser capaz de sacrificar projetos pessoais em prol da causa revolucionária e de enfrentar a tortura e a morte sem nada declarar aos inquiridores. No entanto, as condições físicas e emocionais dos militantes poderiam levá-los a abandonar as experiências de integração, ceder informações para os órgãos de repressão devido à tortura ou, mesmo, diante o medo da morte. O processo de integração exigia um despojamento do militante político, em relação a diversos aspectos da vida pessoal e econômica. Muitos militantes buscaram cumprir os postulados estabelecidos para o modelo de revolucionário fornecido, animados pelo ideal de justiça social e de participação ativa no processo de transformação histórica. No entanto, nem todos atendiam os requisitos ou conseguiam adequar-se à idealização revolucionária.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Golpe Militar de 1964 implicou na repressão aos movimentos sociais e incentivou a opção pela luta armada como forma de combate à ditadura e de transformação da ordem social e econômica. O processo de transformação da Ação Popular em uma organização revolucionária foi marcado pela adesão da organização ao marxismo-leninismo e ao maoísmo. A política de integrar jovens estudantes e profissionais recém-formados na produção como operários e trabalhadores rurais era uma maneira de formar revolucionários e de fomentar a mobilização desses segmentos sociais para a luta política.

Muitos jovens imbuídos de entusiasmo revolucionário deixaram a família, amigos, os estudos e perspectivas de atuação profissional para se dedicar ao projeto de se tornar um revolucionário, enfrentando, realidades econômicas e sociais adversas e o risco de prisão, tortura e de morte. Essa situação foi encarada de maneira diversa, enquanto alguns conseguiram realizar os sacrifícios exigidos pela condição de clandestinidade, outros sucumbiram diante as dificuldades da integração na produção ou dos acampamentos militares. O cotidiano dos acampamentos militares indicava os riscos inerentes à atividade revolucionária, para as quais nem todos se sentiam suficientemente mobilizados. Constatando-se a distância entre a propaganda revolucionária, o ideal de ser um revolucionário e a realidade que essa condição impunha.

Ressalta-se que embora a experiência de integração tenha imposto duras provas aos militantes, ela é avaliada positivamente por militantes como Catarina Derlei De Luca e Carlos Roriz da Silva, enquanto forma de resistência política à ditadura e como maneira de testar e fortalecer ideologicamente os militantes políticos, para enfrentar as agruras da prisão e mesmo da tortura. Mas por outro lado, Carlos Roriz e Catarina Meloni convergem na observação de que o processo implicava em uma forma de violência exercida sobre os militantes; devido aos aspectos físicos e emocionais envolvidos na condição de alteração drástica do modo de vida, condições de trabalho, e em decorrência também do isolamento social e ruptura com aspectos, como história de vida e outros aspectos relativos à subjetividade dos militantes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AÇÃO POPULAR. Documento-base, fevereiro, 1963. In: REIS FILHO, Daniel Aarão. DE SÁ, Jair Ferreira. (Orgs.). **Imagens da Revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985, p. 36 - 47.

CARDOSO, Elizângela Barbosa. **Múltiplas e singulares**: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930 - 1970). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2003.

DE LUCA, Derlei Catarina. **No corpo e na alma**. Criciúma-SC: Ed. do Autor, 2002.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Vertice, 1990.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Tereza E. de. **A escrita da subversão 1964-1985**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

LIMA, Haroldo. ARANTES, Aldo. **História da ação Popular da JUC ao PC do B**. 2 ed. São Paulo: Alfa-ômega, 1984.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2006.

MEDEIROS, Antônio José. **1968**: uma geração contra a ditadura. Teresina: Quimera Editora; Instituto Presente, 2014.

MELONI, Catarina. **1968**: o tempo das escolhas. São Paulo: Nova Alexandria, 2009.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. (Tomo I). Tradução Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1994.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **A política armada**: fundamentos da guerra revolucionária. São Paulo: UNESP, 2000.

SANTOS, Manoel da Conceição. **Chão de minha utopia**. SOARES, Paula Elise Ferreira. ANTUNES, Wilkie Buzatti. (Orgs.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SILVA, Carlos Roriz. **Tempo de lutas**: contribuição à história da Ação Popular. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2014.

TSETUNG, Mao. **Obras escolhidas de Mao Tsetung**. Tomo I. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 2011.

TSÉ-TUNG, Mao. **O Livro Vermelho**: citações do comandante Mao Tsé-Tung. 2ª. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.



III SEMINÁRIO INTERNACIONAL  
**HISTÓRIA DO TEMPO PRESENTE**  
2017  
UDESC - FLORIANÓPOLIS - SC

